



O curso carnavalesco da Mealhada recebe patrocínios, subsídios, cobra bilhetes de entrada no recinto do desfile, recebe dinheiro dos comerciantes que se instalam no sambódromo, mas não declara nada ao Fisco

Carnaval da Bairrada nunca prestou contas

Mealhada Inspeção Tributária de Aveiro vai fiscalizar as contas dos promotores dos cursos carnavales

NELSON MORAIS
coimbra@jn.pt

A Associação do Carnaval da Bairrada nunca apresentou declarações de rendimentos às Finanças, apesar de organizar a festa luso-brasileira, na Mealhada, há 29 anos. O fisco acaba de lhe pedir contas. E vai fazer o mesmo a Estarreja e Ovar.

"Mais tarde ou mais cedo, tinha que acontecer", assume, sobre a iniciativa da Inspeção Tributária de Aveiro, o presidente da Assembleia-Geral da Associação do Carnaval da Bairrada (AG/ACB). João Peres, que também já presidiu à direcção desta associação da Mealhada, admite que sejam detectadas falhas nas contas, mas desdramatiza-as: "Irregularidades, não há ninguém que não as cometa".

Mas a situação da ACB não podia ser mais irregular, visto que os seus antigos e actuais dirigentes nunca formalizaram o início de actividade nas Finanças e, por con-

seguinte, também nunca declararam quaisquer rendimentos da associação. Apesar de esta possuir número de contribuinte.

"Tem havido uma falha, ao longo destes anos todos", reconhece Rui Frias, o vice-presidente da AG da associação, fundada em 1979, para "realizar os festejos do Carnaval" e "promover e apoiar outras actividades de índole recreativa, cultural, desportiva e assistencial".

Fisco quer tudo declarado

O JN teve acesso ao balancete das contas do Carnaval de 2008, que apresenta um lucro de 24.564 euros, e dirigiu um pedido de esclarecimentos à Câmara de Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), para identificar as obrigações fiscais da associação, que contabilizou prejuízo em 2004, 2006 e 2007. Num primeiro comentário, a CTOC notou que as associações são obrigadas a declarar todo o tipo de recei-

tas ao Fisco. As que são tributáveis, mas também aquelas que estão isentas de impostos.

Beneficiam de isenção os subsídios que a ACB tem recebido da Câmara da Mealhada (100 mil euros em 2008, 75 mil euros em anos

Líder da Assembleia Geral tenta fugir das coimas afirmando que "ignorância não é nenhum crime"

anteriores). Pelo contrário, são tributáveis, em sede de IVA e IRC, proveitos como os cerca de 35 mil euros que aparecem no balancete de 2008, da actividade de bares numa "tenda gigante", do aluguer de espaços comerciais no "sambódromo" e de publicidade, distinguindo a CTOC.

Já será menos pacífico o estatu-

to das receitas de milhares de bilhetes vendidos a quem assistiu aos espectáculos do Carnaval da Bairrada: 57 mil euros em 2008, apesar de o mau tempo ter levado ao cancelamento do curso de domingo nas ruas da cidade.

Por um lado, a CTOC diz que a Direcção-Geral dos Impostos possui pareceres que defendem que os bilhetes cobrados pelas colectividades em bailes e espectáculos similares estão isentos de impostos. Por outro lado, fonte das Finanças de Aveiro diz ter a informação de que, numa face dos bilhetes do Carnaval, aparecia escrito que o preço de cinco euros incluía IVA. A confirmar-se tal, a ACB terá de entregar esse imposto, avisa a mesma fonte.

"Ignorância não é crime"

As dificuldades do Fisco ultrapassarão em muito o dilema das bilheteiras, caso ele se disponha a apu-



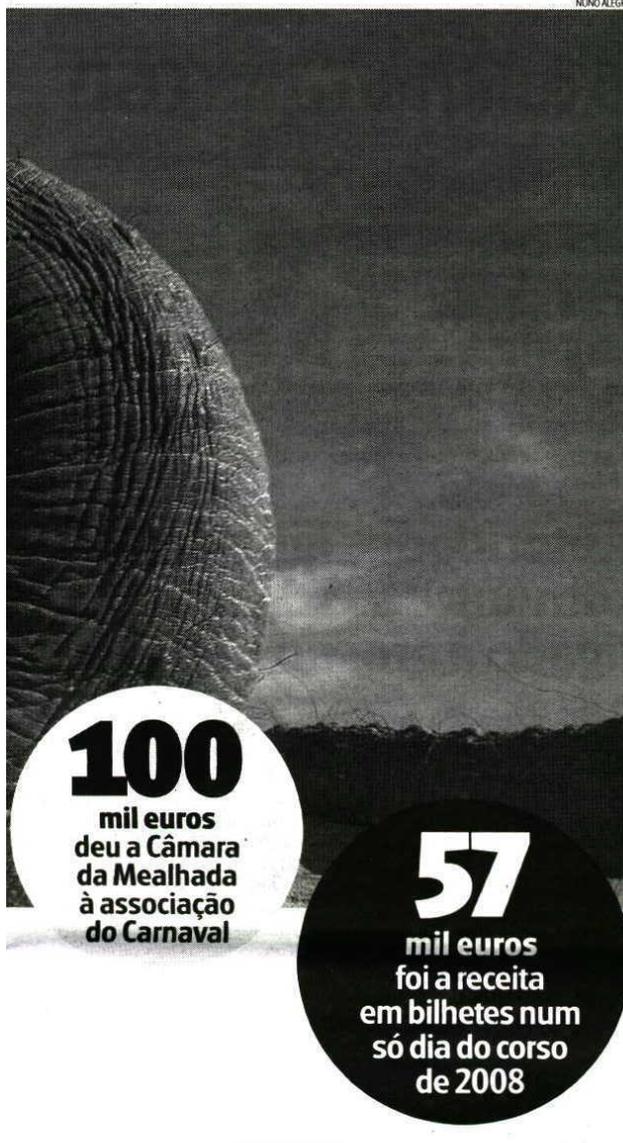
Obrigações da ACB

■ Rendimentos isentos

Devem ser inscritos no Anexo F, da declaração anual de rendimentos, precisa a Câmara de Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

■ Rendimentos tributáveis

Este tipo de rendimentos, segundo a Câmara de Técnicos Oficiais de Contas, devem ser apresentados no Anexo D da declaração anual, para efeitos de IRC-Rendimento das Pessoas Colectivas. É preciso preencher também o Modelo 22 e, para efeitos de IVA, o Anexo L da declaração anual.

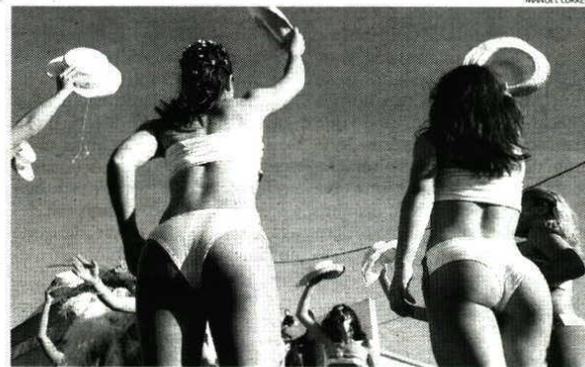


Mais cursos na mira do Fisco

➔ A Direcção de Finanças de Aveiro não se vai limitar a fiscalizar as contas da associação da Mealhada que organiza o Carnaval da Bairrada. Segundo informações recolhidas pelo JN, a iniciativa vai estender-se às organizações dos carnavais de Ovar e Estarreja.

O JN contactou os serviços centrais da Inspeção Tributária, para apurar se aquelas acções de combate à evasão fiscal teria seguimento pelo país fora, mas foi remetido para o Ministério das Finanças, que não respondeu ao pedido de esclarecimentos que lhe foi dirigido, na última quinta-feira.

Contudo, fonte das Finanças de Loulé, a cidade algarvia onde tem lugar uma das maiores festas de carnaval do país, deu aquele cenário como muito provável. Observou mesmo que o combate à eva-



Finanças de Loulé admitem como provável a fiscalização do curso do Algarve

são fiscal nas festas de casamento também começou em Aveiro e acabou por se alargar ao resto do país.

A Direcção de Finanças de

Aveiro é liderada por Telmo Tavares, sendo o seu director-adjunto, José Hermínio, o responsável directo pelos serviços distritais da Inspeção Tributária. **NM**

Autarca fez estalar o verniz

➔ Dentro de dias, é conhecido o relatório da auditoria às contas do Carnaval da Bairrada de 2008, que foi pedida pelo presidente da Câmara da Mealhada, Carlos Cabral (PS), e trouxe para a praça pública a questão das obrigações fiscais da organização da festa.

A Associação do Carnaval da Bairrada (ACB), conotada com o PSD, resistiu ao despacho do autarca, por ver nele uma interferência intolerável. Carlos Cabral argumentava que a sua legitimidade para pedir a auditoria residia num subsídio, de 100 mil euros, que representara metade do orçamento



Carlos Cabral, presidente da Câmara

da festa de 2008. Além disso, temia ser penalizado por falhas detectadas numa futura fiscalização do Tribunal de Contas à autarquia. Mas só depois de submeter a auditoria à apreciação do Executivo, em Julho, a levou por diante.

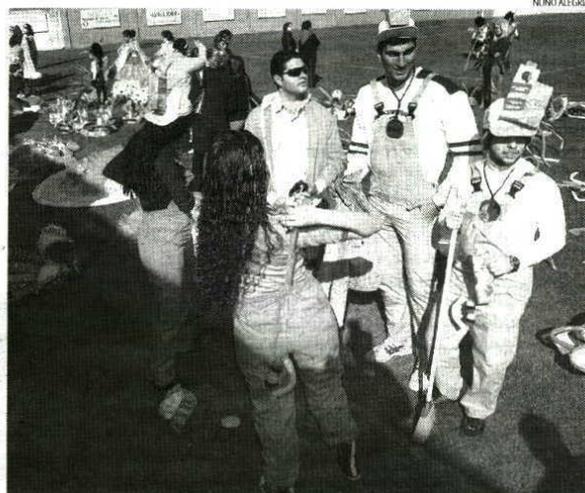
O trabalho do técnico oficial de contas ainda não é conhecido, mas os seus efeitos sobre as eleições autárquicas de 2009 já são dados como certos. Carlos Cabral vai no terceiro mandato, como presidente da Câmara da Mealhada, e nunca como agora tinha posto em causa a atribuição de subsídios municipais à ACB. **NM**

Dirigentes admitem faltas

➔ Faz agora um mês, o problema das contas da Associação do Carnaval da Bairrada (ACB) assumiu uma nova dimensão pública. "A verdade é que há alguns pequenos prestadores de serviços, como costureiras, brasileiros, entre outros, que são pagos sem sequer passarem recibos", declarou o ex-presidente da ACB César Carvalheira, na entrevista que deu ao jornal Região Bairradina, na condição de presidente do PSD da Mealhada.

A semana passada, já com Finanças de Aveiro à perna e a auditoria pedida pela Câmara quase pronta, o vice-presidente da Assembleia-Geral da associação também admitiu problemas. "Não sei se os brasileiros passavam algum recibo", afirmou Rui Frias ao JN.

Já Fernando Saldanha, actual presidente da direcção da ACB e empresário de espectáculos, disse que só respondia pelo que aconteceu desde o Verão, quando assumiu esse cargo. Do que acontecia antes nada sabe, defendeu-se, apesar de já ter sido tesoureiro da



Ex-presidente da ACB admite pagamentos a colaboradores sem emissão de recibos

associação. "Era tesoureiro, mas não executava funções de tesoureiro", justificou-se.

José Guindeira, ex-membro da ACB com ligações à contratação

de artistas brasileiros, foi outro dos que invocou falta de memória sobre a forma como eram processados os negócios da associação. **NM**

100
mil euros
deu a Câmara
da Mealhada
à associação
do Carnaval

57
mil euros
foi a receita
em bilhetes num
só dia do curso
de 2008

ao Fisco

cos da Mealhada, Estarreja e Ovar

rar se os valores das receitas registadas são verdadeiros e, ainda, se estão suportados por recibos e facturas. Ali, haverá que analisar, por exemplo, se a receita de 2.240 euros de publicidade constitui um valor razoável, num evento que atrai dezenas de milhares de pessoas e é patrocinado por marcas como os supermercados da ACB. É uma questão de comparar, por exemplo, o valor que a associação possa dizer que pagou ao rei do Carnaval de 2007, o actor Ricardo Pereira, com a receita que este terá declarado ao fisco.

O vice-presidente da ACB, que já integrou uma direcção anterior e é o número dois do PSD da Mealhada, admite que o Fisco atinja al-

vos diferentes: "É possível que sobre para toda a gente: para quem pertence à associação, para quem pertenceu e para quem recebeu dela isto ou aquilo. Deve haver coimas", antevê Rui Frias.

Ao contrário do presidente da direcção da ACB, Fernando Saldanha, que só confirma o interesse das Finanças em consultar as contas dos últimos três anos (a Lei autoriza uma retroactividade máxima de quatro anos), Rui Frias dá uma justificação para a situação actual: "Foi o laxismo que conduziu a isto", alega, considerando que "ninguém pode vir agora invocar que não sabia como é que as coisas deviam ser feitas". Já o presidente da AG, uma figura eminente da Mealhada, que também dirige a Caixa de Crédito Agrícola e a Santa Casa da Misericórdia locais, apresenta outra perspectiva: "A ignorância não é nenhum crime", observa João Peres. ■